

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2011

Dispõe sobre a realização de plebiscito acerca do estabelecimento do percentual de dez por cento do PIB Nacional para aplicação de recursos públicos em educação.

**Autores:** Deputado Ivan Valente e outros

**Relatora:** Deputada Fátima Bezerra

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo em análise, que tem como primeiro signatário o nobre Deputado Ivan Valente, visa dispor sobre a realização de plebiscito acerca do estabelecimento do percentual de dez por cento do Produto Interno Bruto-PIB para aplicação de recursos públicos em educação.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art.24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação e Cultura.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

\*87F6D97221\*

87F6D97221

## II - VOTO DA RELATORA

Trata-se de questão de grande relevância para o financiamento da Educação e, portanto, para a sustentabilidade das políticas públicas educacionais.

A Emenda Constitucional nº 59, de 2009 inseriu na Carta Magna a previsão do estabelecimento pelo Plano Nacional de Educação-PNE de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto-PIB.

O debate não é novo. No processo de discussão do PNE 2001-2010, aprovado pela Lei nº 10.172/01, o Congresso Nacional fixou a destinação de, pelo menos, 7% do PIB – dispositivo vetado quando da sanção da lei.

O Projeto de Lei nº 8.035/10, de autoria do Poder Executivo, aprovado por unanimidade nesta Casa e que tramita no Senado Federal, prevê (meta nº 20) a aplicação do mínimo de 10% do PIB até o final do decênio – mesmo patamar já defendido pelos Congressos Nacionais de Educação ( CONEDs) há dez anos.

A Conferência Nacional de Educação – CONAE inclui entre as diretrizes a serem consideradas, com vistas a um novo PNE **como política de Estado**, a *“consolidação das bases da política de financiamento, acompanhamento e controle social da educação, por meio da ampliação dos atuais percentuais do PIB para a educação, de modo que, em 2014, sejam garantidos no mínimo 10% do PIB”*.

Entendeu aquele fórum democrático que o **regime de colaboração** entre os sistemas de ensino, tendo como um dos instrumentos o financiamento da Educação, não pode prescindir da ampliação do investimento em educação pública em relação ao PIB, *“na proporção de, no mínimo, 1% ao ano, de forma a atingir, no mínimo, 7% do PIB até 2011 e, no mínimo, 10% do PIB até 2014, respeitando a vinculação de receitas à educação definidas e incluindo, de forma adequada, todos os tributos (impostos, taxas e contribuições)”*.

\*87F6D97221\*

87F6D97221

Há alguns aspectos importantes para avaliação da proposta.

Uma primeira questão diz respeito à clareza em relação à meta. A Câmara entendeu que, para a aplicação de recursos em relação ao PIB, seria considerado investimento público **direto**. É importante que o conceito permaneça. O outro indicador alternativo – o investimento total – inclui despesas com aposentadorias e pensões, investimentos com bolsas de estudo, financiamento estudantil, além de despesas com juros, amortizações e encargos da dívida da área educacional. A adoção de um ou outro indicador-investimento total ou ao investimento direto – altera o **esforço adicional** que os poderes públicos de todas as esferas deverão fazer para atingir a meta.

Segundo o INEP, o investimento direto em relação ao PIB correspondia, em 2009 (último dado disponibilizado), a 5,1% do PIB. Já o investimento total alcançou, naquele ano, o patamar de 5,8%.

Outro aspecto relevante é que a avaliação do percentual do PIB não se pode dar de forma isolada. O patamar de 10% pode impressionar à primeira vista e há quem argumente que países desenvolvidos, como Alemanha e Japão, aplicam fatia semelhante àquela praticada no Brasil, que superaria a Argentina e o Chile. Esta análise é incompleta e condiz a equívoco grave, uma vez que este indicador **não pode ser dissociado do valor do PIB, do tamanho da população escolar e do gasto por aluno**, isto é, o que realmente importa é quanto de recursos está disponível por aluno. O Professor Nelson Cardoso Amaral demonstra de maneira simples o tipo de erro em que se pode incorrer, se negligenciados estes fatores. Argumenta que a Bolívia aplicou em 2008 o equivalente a 6,4% do PIB em educação, enquanto o Canadá investiu 5,2%, o que numa análise apressada sugeriria que a Bolívia propicia melhores condições a seus alunos que o Canadá!

Ocorre que, verificados o tamanho do PIB e da população estudantil, o Canadá aplicou, por pessoa, **onze vezes** mais que a Bolívia.

Órgãos fazendários ponderam, ainda, que se cumpridas as expectativas de crescimento do PIB, o volume de recursos crescerá sem a necessidade de aumento do percentual. Observe-se, contudo que a previsão de crescimento do PIB projetada para além de um ou dois anos, como mostram vários exemplos do passado, pode ser um exercício de futurologia,

\*87F6D97221\*

87F6D97221

considerando variáveis diversas, por exemplo, a situação da economia mundial, sempre exposta à crise europeia e a situação cambial do país.

E, mais importante, o crescimento do PIB, sem o aumento de seu percentual aplicado em educação, não garante um patamar adequado de **investimento por aluno**, que é o que interessa.

Como destacam os nobres autores, os países que alavancaram de forma sustentável seu desenvolvimento fizeram investimentos maciços em educação por longo período.

A presente proposição conta com expressivo número de autores: cento e oitenta e dois, de vários partidos da Casa, o que revela a preocupação dos parlamentares com a qualidade da educação e seu financiamento adequado.

Cabe dar à sociedade brasileira a oportunidade de, por meio do exercício da democracia direta, manifestar-se sobre o futuro das crianças brasileiras e o futuro do país.

O povo brasileiro já teve oportunidade de ser consultado pela via plebiscitária sobre o tema do desarmamento – assunto importante, sem dúvida, mas seria a Educação menos importante?

Diante do exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2011.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

Deputada Fátima Bezerra  
Relatora